

Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento

Adicionar Organizadores

Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento

Primeira Edição

Fortaleza
Imagine Publicações

2018

Copyright© 2018 da 1ª edição pela Imagine Publicações Ltda.

ISBN: 978-85-54337-00-1

Capa: -

Coordenação: Felipe Leite

Edição: Roberto Leite

Revisão: -

Projeto gráfico e editoração eletrônica: João Pedro Magalhães

2018

Todos os direitos em língua portuguesa reservados pela

IMAGINE PUBLICAÇÕES LTDA.

Rua Doutor Gilberto Studart, 55 - Sala 1502 - T1

CEP: 60192-105 - Cocó - Fortaleza - CE

Telefone: (85) 3246-1706

Email: imaginepublica@gmail.com

Impresso no Brasil pela [...]

Apresentação

Por que Feminismo na Análise do Comportamento?

Carolina Laurenti

Ecoss do ativismo do movimento feminista começaram a ressoar no contexto acadêmico na década de 1960, e foram ganhando mais projeção entre o fim dos anos 1970 e início da década de 1980, inclusive na psicologia. Desde então, as críticas feministas a determinadas formas de se produzir conhecimento científico têm desafiado a ciência de um modo geral, e a psicologia em particular, a se tornar uma prática cultural mais justa, igualitária e democrática, deixando de reproduzir, subscrever ou mesmo encorajar desigualdades entre gêneros verificadas em diferentes esferas da sociedade.

A interlocução entre Análise do Comportamento e Feminismo no âmbito acadêmico foi principiada, sobretudo, pelos trabalhos de Maria del Rosario Ruiz (1950-2017), que explorou, do ponto de vista teórico-filosófico, algumas afinidades entre teses feministas e a filosofia do comportamentalismo radical. As produções dessa autora, entretanto, parecem não ter sido suficientes para inserir a Análise do Comportamento de modo mais expressivo nesse cenário, considerando, até o momento, a escassa produção que discute essa aliança na área ¹.

No Brasil, o diálogo entre Feminismo e Análise do Comportamento é recente e relativamente incipiente. Apesar do caráter embrionário desses estudos no país, tem acontecido uma série de iniciativas com o in-

¹ Ver Couto, A., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. Revista: Perspectivas em Análise do Comportamento, 8(2), 147-158.

tuito de propiciar um contexto favorável à discussão de temas fomentados pelo Feminismo acadêmico. O livro “Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento” é uma expressão lídima desse esforço, e preenche uma lacuna importante no tocante à produção nacional acerca do Feminismo. Mas não se trata “apenas” de um livro sobre Feminismo. É um livro sobre a Análise do Comportamento – a sua história, teoria, ciência e profissão – discutida de uma perspectiva de gênero. Esse viés dá relevo a aspectos usualmente negligenciados na narrativa historiográfica dessa disciplina (e.g., as diferentes mulheres que participaram da institucionalização e consolidação dessa disciplina no Brasil), bem como permite perscrutar temas que pouco integram as agendas de pesquisa do campo (e.g., patriarcado, machismo, cultura do estupro, empoderamento feminino, práticas de gênero, assédio sexual, interseccionalidade, participação feminina na computação, psicoterapia feminista). É, antes de tudo, um livro sobre a práxis acadêmico-científica dos/as analistas do comportamento, o seu lugar social e suas implicações ético-políticas.

Um livro como este certamente enfrentará e, ao mesmo tempo, lançará muitos desafios para a Análise do Comportamento. Um deles é justamente discutir Feminismo. Isso porque existem conotações pejorativas do termo bastante difundidas no senso comum que podem tolher, logo de início, qualquer tentativa de debate, mesmo na esfera acadêmica. Em uma palestra proferida no TEDxEuston², a escritora africana Chimamanda Ngozi Adichie mencionou alguns desses estereótipos: feministas são geralmente consideradas “mulheres infelizes que não arrumam marido” e que “odeiam os homens”.

Para além dessas acepções burlescas do conceito, no domínio acadêmico o Feminismo dá visibilidade a uma “tensão” entre ciência e valores, opondo-se ao pensamento científico moderno. Nesse modelo epistemológico, a noção de objetividade científica era esclarecida pela ideia de neutralidade: o conhecimento científico seria objetivo, pois não estaria comprometido com qualquer perspectiva de valor particular, seja no plano ético, seja no político. Isso contribuiu para a construção da visão de que a ciência, orientada pelo método científico, seria regulada unicamente pela Razão; por conseguinte, os parâmetros para avaliar o seu desenvolvimento estariam circunscritos ao funcionamento interno da própria ciência, como as exigências de consistência lógica e apoio empírico, ao mesmo tempo

² Eis o link para acessar a palestra “Todos nós deveríamos ser feministas”: <https://goo.gl/q6u5zy>

em que fatores culturais, econômicos e políticos eram desconsiderados.

Essa “tensão” entre ciência e política também encontra ressonâncias na Análise do Comportamento, tendo em vista que há algumas interpretações que identificam aspectos do pensamento científico moderno nas práticas científicas da área³, como a tese da neutralidade científica. Considerando essas relações, situar o Feminismo, que é um movimento político, no escopo das discussões teórico-científicas da Análise do Comportamento, poderia, supostamente, comprometer o ideal de produção de um conhecimento objetivo, se objetividade ainda estiver sendo entendida como sinônimo de neutralidade.

Outro desafio que uma aliança com o Feminismo lança à Análise do Comportamento é estudar “gênero” – um termo que destaca as diferenças socialmente constituídas entre os diferentes sexos, estabelecendo o que seria entendido por masculino e feminino em uma dada cultura. Do ponto de vista epistemológico, o tema do gênero está tradicionalmente associado às ciências humanas. Isso reacende a já desgastada dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas – uma oposição que afirma a superioridade científica das primeiras e desconfia do status científico das segundas. Reiterando essa dicotomia, o ensino de Análise do Comportamento por vezes filia essa proposta de psicologia científica ao campo das ciências naturais, com o intuito de revesti-la dos qualificativos e desideratos dessas ciências: rigor metodológico, operacionalização das variáveis, uso do método experimental e busca de regularidades nos fenômenos, com o fim último de previsão e controle. Tudo isso, à primeira vista, parece ser antitético aos temas, à epistemologia e às metodologias “qualitativas” das ciências humanas. Como, na visão tradicional, há um ceticismo sobre cientificidade dessas ciências, estudar gênero poderia conferir à Análise do Comportamento um status menos científico, afastando-a daquelas áreas de conhecimento que gozam de maior prestígio acadêmico.

Uma vez enfrentados, e quiçá superados, esses desafios poderiam se transformar em valiosas contribuições à Análise do Comportamento. Distanciando-se dos estereótipos ilustrados por Chimamanda, o Feminismo, do ponto de vista político, pode ser entendido como um programa de ação que busca explicitar, enfrentar e superar práticas culturais opressivas, responsáveis por promover a desigualdade entre gêneros, que se manifesta em prejuízo das mulheres. O movimento feminista chama a

³ Ver Moxley, R. A. (1999). Two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.

atenção para o fato de que em algumas culturas as diferenças entre homens e mulheres, dentre elas as de natureza biológica, são transformadas em desigualdades. “Dominação masculina”, “patriarcado”, “machismo” são expressões utilizadas para dar visibilidade a essas práticas. De uma perspectiva analítico-comportamental, elas podem ser entendidas como um conjunto de contingências sociais, mantidas e transmitidas de geração a geração (práticas culturais), que controlam diferencialmente o comportamento de homens e mulheres, de modo que os homens teriam um acesso facilitado a reforçadores importantes (poder), que nem sempre são contingentes ao seu comportamento (privilégio). Como a ciência é parte e expressão da cultura, as desigualdades entre os gêneros, observadas em distintos contextos socioculturais (e.g., ambiente doméstico, trabalho, educação, religião etc.), podem também estar sendo reproduzidas pela própria atividade científica. Isso se evidencia, por exemplo, na exclusão histórica das mulheres da ciência, na disparidade entre gêneros verificada em diferentes campos científicos em favor dos homens (e.g., ciências matemáticas e tecnológicas) e na menor participação feminina na medida em que se avança para posições de mais notoriedade na hierarquia científica⁴.

Toda essa reflexão não parece ser inconsistente com os pressupostos teórico-filosóficos da Análise do Comportamento, de acordo com os quais ciência é comportamento do/a cientista, modelado e mantido por uma comunidade científica. De acordo com essa ótica, o comportamento científico é controlado não só por contingências relacionadas às regras do método científico, mas também por contingências da história de vida do cientista e da cultura na qual ele está inserido, e que não precisam ser tateadas para controlar o seu comportamento.

Uma aliança com o Feminismo poderia, então, promover uma mudança na identidade epistemológica da Análise do Comportamento, superando o pensamento binário que pauta a dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas. O estudo do gênero na área poderia ser feito de acordo com procedimentos canonizados pelas práticas científicas dos/as analistas do comportamento; ele poderia, outrossim, ensejar novas e diferentes estratégias e procedimentos de investigação do assunto. De qualquer modo, não parece necessariamente haver ameaça à cientificidade da Análise do Comportamento estudar esse tipo de variável que, ao lado de outras, como

⁴ Ver Nosik, M. R., Luke, M. L., & Carr, J. E. (2018). Representation of women in behavior analysis: An empirical analysis. *Behavior Analysis: Research and Practice*. Advance online publication. <http://dx.doi.org/10.1037/bar0000118>

poder, classe social, raça/etnia, são, não raro, desconsideradas nas análises funcionais, tanto do comportamento dos participantes das pesquisas e intervenções quanto do próprio comportamento do pesquisador e profissional analista do comportamento. Estudar gênero poderia, ainda, tornar a Análise do Comportamento mais objetiva, não na acepção de neutralidade científica, mas no sentido de que o processo de produção de conhecimento científico e os seus produtos possam ser avaliados igualmente entre homens e mulheres - algo que só será possível mediante a “aplicação sistemática de métodos que permitam identificar os pressupostos, os preconceitos, os valores e os interesses que subjazem à investigação científica supostamente desprovida deles”⁵.

Além disso, o Feminismo destaca a relevância da discussão política na Análise do Comportamento, um aspecto do qual essa teoria é recorrentemente acusada de negligenciar, em função de sua ênfase em questões procedimentais e tecnológicas. De acordo com essas críticas, a falta de reflexões ético-políticas tem contribuído para que as intervenções dos/as analistas do comportamento, mesmo que amparadas em análises funcionais, fiquem centradas no indivíduo, desconsiderando o contexto mais amplo de contingências culturais e institucionais, das quais participam relações hierárquicas de poder. Deixar de reconhecer e examinar esses aspectos pode levar esses/as profissionais a serem “parte do problema, e não da solução”⁶.

O valor de sobrevivência das culturas, tão defendido no plano ético, se não for subsumido a uma discussão política, pode acabar subscrevendo a reprodução de culturas que simplesmente “sobreviveram”, ignorando que essas podem ser mais ou menos democráticas, mais ou menos justas, mais ou menos respeitadas⁷. Diante da questão “das culturas que sobrevivem, qual é a melhor, ou qual é a que deveria perecer?”, o Feminismo ajuda a dar uma resposta: uma cultura que fomenta a opressão, seja de que forma for, como a cultura da dominação masculina, deveria perecer. Em termos de projeto social, a pergunta “qual cultura deveria sobreviver?” também tem uma resposta feminista: uma cultura que promova relações

⁵ Ver Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência* (vol. 1, p. 31). São Paulo: Cortez.

⁶ Ver Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.

⁷ Ver Prileltensky, I. (1994). On the social legacy of B. F. Skinner: Rhetoric of change, philosophy of adjustment. *Theory & Psychology*, 4(1), 125-137.

mais igualitárias e justas entre gêneros é a melhor! Uma aproximação com o Feminismo poderia, então, instigar a potencial contribuição da Análise do Comportamento para mudar as formas opressivas de controle social, em direção à construção de um mundo melhor para todos e todas.

Em suma, as reflexões feministas podem tornar a Análise do Comportamento uma ciência melhor, mais objetiva e mais engajada; e é isso que este livro vem mostrar.

Capítulo 1

Pioneiras: A história das primeiras mulheres na análise do comportamento no Brasil

Gabriela Jheniffer Teixeira Silva & Ana Arantes

*De fato, eu me arriscaria a supor que Anônimo,
que escreveu tantos poemas sem assiná-los,
foi muitas vezes uma mulher.
(Virgínia Wolf, 1928)*

Pensar na ciência como um campo (majoritariamente) masculino não é algo recente. Pelo contrário, um dos primeiros estudos a abordar a diferença na produção científica entre homens e mulheres foi realizado por Rossi (1965). Apesar de esse estudo ter sido conduzido há mais de 50 anos, seus resultados infelizmente podem ser facilmente extrapolados para este século. Mulheres tinham menor participação na produção científica em diversas áreas e, de acordo com a autora, isso poderia ser explicado pela falta de incentivo e desencorajamento sistemático, desde a idade escolar, para que mulheres se engajassem em atividades que não as preparassem para seu futuro ideal: ser esposa e mãe (Rossi, 1965). Historicamente, as mulheres foram domesticadas para, independentemente de sua formação, suas maiores conquistas serem um bom casamento e a criação de filhos (ver, por exemplo, Rossi, 1965 e Foucault, 2003). Além disso, existia ainda

uma restrição em aceitar mulheres em cursos do ensino superior, apoiada nos estereótipos acima citados (Nosik, 2018).

Apesar das mudanças relacionadas à aceitação e aos direitos conquistados na segunda metade do século XX e às lutas dos movimentos feministas em busca de igualdade entre homens e mulheres, ainda hoje, em pleno século XXI, são palpáveis as diferenças entre gêneros quanto ao acesso à riqueza, direitos e oportunidades (ONU, 2015, *Minimum Set of Gender Indicators*). Para Bourdieu essas mudanças sociais não resolvem a questão da desigualdade, pois:

(...) mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais – direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive políticas – são adquiridas, a autoexclusão e a ‘vocação’ (...) vêm substituir a exclusão expressa (Bourdieu, 1998, p. 52, citado por Moraes, 2012).

Ou seja, a crença de que homens e mulheres teriam mais chances de alcançar sucesso de acordo com suas supostas características e qualidades inerentes fundamenta e perpetua a disparidade entre gêneros em diversos âmbitos profissionais, incluindo a ciência (Souza & Fonseca, 2008). Uma rápida análise histórica e cultural demonstra os diversos estigmas e consequentes dificuldades do ser mulher num campo que não fosse o papel tradicional: mãe, esposa e responsável pelas tarefas domésticas. De fato, as diferenças biológicas existem, mas em muitos casos elas se tornam a justificativa e não a causa das diferenças culturais. (Macêdo & Macedo, 2004; Araújo, 2005; Moraes, 2012; e Da Silva, 2015).

Este movimento de exclusão e impedimento do envolvimento de mulheres na área científica pode ser definido como o silenciamento e a invisibilização feminina que acontecem dentro do contexto social considerado comum. O sujeito (ou grupo) coexiste em dimensões paralelas da realidade instituída, que ressignificam o ser humano constantemente tendo como base as circunstâncias a que está submetido, englobando o trabalho, a política e a sexualidade. Essas variáveis seriam, então, cruciais para a construção não só do sujeito em si, mas da sua representação diante da sociedade (Da Silva, 2015). Como descrito pela autora, silenciamento e invisibilização explicitam os mecanismos pelos quais se marginalizam as minorias sociais:

O processo de silenciamento compõe a tríade: ausência de

discurso, discurso como monólogo e discurso não considerado. Por sua vez, o processo de invisibilização estabelece a tríade: sujeito inconveniente, sujeito ignorado e o não-sujeito (pp. 113-114)

O silenciamento das mulheres na área científica ocorre pela ausência de discurso como quando não se criam condições para que mulheres sejam palestrantes em eventos científicos, pela falta de convite por parte dos organizadores ou pela imposição de exigências que impossibilitam que elas apresentem seus trabalhos (como a exigência de que palestras sejam proferidas apenas por Doutores, o que impede que a maioria das mulheres, concentrada nos níveis de graduação e mestrado, tenha oportunidade de palestrar). O discurso como monólogo silencia as mulheres nas ciências quando são impedidas de expor pontos de vista particularmente femininos pelo fato de serem obrigadas a seguir normatizações e procedimentos que limitam o discurso ao ponto de vista dominante e único dos homens, como a norma gramatical de se usar o pronome masculino como padrão, por exemplo. Já o discurso não considerado silencia as mulheres em áreas científicas em que proposições femininas são diminuídas ou consideradas equivocadas pelo simples fato de serem emitidas por mulheres, o que pode ser visto nas críticas infundadas à prática da terapia feminista como antiética, baseadas na noção de que existiria uma “ideologia feminista” que estaria sendo imposta ao cliente por parte da terapeuta.

Em relação à tríade de invisibilização, podemos compreender o sujeito inconveniente como aquele considerado indesejado pela sociedade, um incômodo que deve ser evitado e que é caracterizado, por exemplo, por regras não explícitas do tipo “pós-graduandas mulheres atrasam a defesa de seus projetos porque engravidam durante o curso”, que podem gerar preferência pela seleção de alunos homens por programas de pós-graduação, evitando a seleção de mulheres. O sujeito ignorado é aquele que, apesar de presente, não tem suas contribuições levadas em conta, exemplificado claramente pelo fenômeno do *mansplaining*, em que mulheres, mesmo que com comprovada expertise em seus campos de atuação, são submetidas a situações em que homens explicam a elas os conceitos de suas especialidades de maneira condescendente e simplificada, ignorando que a mulher possa dominar o assunto em questão. E, por fim, o não-sujeito é aquele que sequer é considerado uma pessoa e passa a ser tratado como objeto, como coisa. Muitas vezes as mulheres são aceitas

em laboratórios científicos não por suas contribuições intelectuais, mas por sua força de trabalho considerada meticulosa e perfeccionista, como se fossem equipamentos de pesquisa e não pesquisadoras.

Invisibilização e silenciamento podem ser observados também na associação automática que leitoras e leitores fazem ao se deparar com referências em artigos acadêmicos, feitas somente com o sobrenome da pessoa que escreveu o trabalho citado: se presume que autores de trabalhos acadêmicos são necessariamente do gênero masculino, mesmo em áreas predominantemente femininas, como a Psicologia, por exemplo. Outro caso parecido que podemos listar são os inúmeros feitos e pesquisas que foram realizados e/ou tiveram uma importante participação de mulheres cujos nomes são geralmente esquecidos. Não são apenas nomes ignorados, mas também e principalmente são histórias perdidas no tempo. Um dos casos mais emblemáticos é o de Rosalind Franklin. Foi a partir dos dados da pesquisa desta química britânica que foi possível elaborar o modelo de dupla hélice do DNA. Os dois cientistas – homens – que apresentaram tal descoberta para a comunidade científica foram gratificados com um Prêmio Nobel e, somente décadas depois, foi reconhecida a importância da participação de Franklin (Ortiz & Silva, 2016). Outro caso que representa bem o machismo científico foi o de Nettie Stevens, uma das pioneiras no desenvolvimento de estudos genéticos que foram cruciais para a descoberta de que os determinantes do sexo de um organismo seriam cromossomos e não fatores ambientais. Apesar de um colega de laboratório ter chegado aos mesmos resultados tempos depois de Stevens, a descoberta foi creditada a ele, juntamente com o supervisor do laboratório em que trabalhavam (Lee, 2013).

Um estudo realizado por West, Jacquet, King, Correll e Bergstrom (2013) mostra que aproximadamente 70% da produção científica mundial até o ano de 2012 era de autoria de homens. Para explicar esta disparidade, existe um conceito cunhado por Rossiter (1993) denominado “Efeito Matilda”, que descreve o sub-reconhecimento de cientistas do gênero feminino nas áreas acadêmicas por meio da invisibilização e apagamento de suas contribuições, como nos casos citados de Franklin e Stevens. As possíveis justificativas para este efeito são o fato das mulheres estarem mais propensas a deixar a academia por fatores pessoais, mais especificamente, devido ao acúmulo de jornadas de trabalho, resultado de uma distribuição ineficiente das responsabilidades domésticas. (Sousa & Guedes, 2016). Esse desequilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal interfere diretamente

na produtividade e avanço destas cientistas. (Knobloch-Westerwick, Glynn, & Hüge, 2013). Outro fator apontado é a participação das mulheres em redes de colaboração: enquanto mulheres são mais propensas a colaborar com outros cientistas (independentemente de seu gênero), as redes de colaboração de homens têm como padrão ser composta quase exclusivamente por outros homens. Esses padrões na comunicação acadêmica podem ser cumulativos, levando à impossibilidade das mulheres acadêmicas se desenvolverem em suas carreiras (Knobloch-Westerwick et. al., 2013).

Rossi (1965) aponta possíveis caminhos para que uma sociedade e, consequentemente, uma ciência mais igualitária sejam alcançadas: 1) educar crianças de formas similares, para que papéis familiares e profissionais tenham o mesmo peso independente do gênero de quem os desempenha; e 2) entender que as possíveis dificuldades que uma mulher possa encontrar ao desempenhar uma profissão que exija mais dedicação não estão ligadas a sua (falta de) capacidade e sim ao acúmulo de papéis (esposa, mãe, profissional) e, a partir disso, compreender que isso é um problema social e histórico, e não individual – atuando para que tal informação seja difundida e esta questão seja trabalhada em conjunto com a sociedade. Rossi (1965) aponta também que o aumento no número de mulheres cientistas seria uma das ferramentas para provocar as modificações coletivas necessárias para se alcançar a igualdade.

1.1 Psicologia: Uma profissão feminina, mas uma ciência masculina

Diante desse quadro de silenciamento das mulheres e de invisibilização da presença feminina no campo científico, não surpreende que, mesmo em áreas majoritariamente femininas, possamos verificar como as contribuições das mulheres são menos reconhecidas do que aquelas feitas por homens. Um caso emblemático a ser exemplificado é o das ciências psicológicas, cuja área (tanto acadêmica e científica, quanto aplicada) é formada por 90% de profissionais mulheres, segundo levantamento do DII-EESE (2016) sobre os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2014.

A graduação em Psicologia, desde a sua fundação, foi composta por

uma maioria esmagadora de mulheres (Rosemberg, 1984). Existem diversas variáveis que contribuem para a explicação desse fenômeno, como o possível reflexo dos modelos sexuais tradicionais (o que reservaria à mulher o papel de sentimental e “expressiva”), e a segregação ocupacional, que delega às mulheres profissões ligadas diretamente ao cuidado doméstico e com outras pessoas (Rosemberg, 1984). Essa presença expressiva das mulheres nas graduações em Psicologia não se traduz necessariamente em participação efetiva na construção da Psicologia como profissão e como corpo de conhecimento. Dados recentes mostram que, no Brasil, há uma desproporção na presença de mulheres em relação à de homens conforme nos dirigimos a níveis mais altos da carreira. Por exemplo, as mulheres representam 90% do total de profissionais de psicologia formadas e formados no país, mas a porcentagem de professoras mulheres cai drasticamente para 56,6% dos professores de ensino superior em Psicologia (DIEESE, 2016). Pensando na produção científica, mulheres são maioria desde a graduação até o nível do Pós-doutorado, mas coordenam apenas cerca de 40% de grandes projetos de pesquisa (Costa, 2006), o que pode até soar relevante, no entanto a autora aponta que, ainda que não exista um preconceito explícito, as estruturas sociais (família, religião, economia, direito, etc.) e a cultura agem “de forma a garantir a hegemonia masculina nos postos mais elevados das ciências.” (p.458). Embora esses dados sejam sobre a participação feminina nas ciências em geral, e de não termos dados específicos sobre a participação feminina na Psicologia em particular, é de se esperar, considerando a literatura sobre invisibilização e silenciamento, que na nossa área essa tendência se repita.

1.2 Por que estudar a história da Análise do Comportamento no Brasil?

Mesmo que não se tenha dados, específicos ou gerais, e estudos sobre a participação e contribuição das mulheres na ciência psicológica no Brasil, pensamos que um estudo sobre as desigualdades entre gêneros, particularmente dentro da Análise do Comportamento (AC), pode servir como caso exemplar. A chegada da AC coincide com o desenvolvimento institucionalizado do curso de Psicologia no país, o que provavelmente é uma das razões para que tenha se tornado uma disciplina de currículo mínimo da graduação (Miranda & Cirino, 2010) e colocado o Brasil entre os países em que a pesquisa científica na área seja uma das mais expressivas.

Poucos anos após a vinda da AC para o Brasil, nos anos 1960, ocorreu o golpe militar. Tal fato impossibilitou um pleno desenvolvimento desta ciência naquele momento (Ferreira, 1985; Matos & Carvalho, 1998). Ferreira (1985) afirma que cientistas brasileiros encontravam sérias limitações para o desenvolvimento da Psicologia como ciência por causa de um sistema de comunicação pobre entre os profissionais e por dificuldades econômicas do país que resultavam em cortes constantes de fundos para pesquisa e programas de graduação e pós-graduação descontinuados, chegando ao ponto de as próprias universidades não terem dinheiro suficiente para comprar livros e manter a assinatura de diversos periódicos. De acordo com Matos e Carvalho (1998), uma das principais dificuldades enfrentadas foi a falta de equipamentos e bibliografias necessários aqui no Brasil, o que também refletia diretamente na aprendizagem dos alunos. Durante a ditadura militar, os analistas do comportamento se viram obrigados, por conta das restrições pessoais, políticas e econômicas impostas, a voltar-se para a aplicação clínica e ensino. Houve diversos cancelamentos de viagens para o exterior, assim como dificuldades na importação de materiais e revogação de convites para professores de outros países virem ao Brasil por conta das restrições xenófobas impostas pelos militares (Todorov, 2004).

Mesmo com este percalço, nem tudo foi perdido. Os trabalhos desenvolvidos na Universidade de Brasília (UnB) resultaram em publicações nacionais e internacionais significativas (Matos & Carvalho, 1998). Além disso, por conta da dispersão dos profissionais pelo país, com o passar dos anos, muitos cursos de graduação em Psicologia tiveram em suas primeiras matrizes a influência direta do trabalho de Carolina Bori (Todorov

& Hanna, 2010).

A constante produção de pesquisas em AC (básicas, aplicadas e conceituais) desde a década de 1960, a realização sistemática de diversos eventos científicos e o número crescente de periódicos e livros especializados são aspectos que fundamentam a importância de estudos históricos sobre a área no nosso país. Como destaca Cruz (2006), embora existam poucos exemplos de pesquisas históricas sobre a AC no Brasil, tais pesquisas podem ser instigantes e reveladoras e, principalmente, auxiliar no delineamento da produção de conhecimento na área. Apesar da pouca produção relativa a pesquisas históricas, nos últimos anos houve um aumento substancial de pesquisas voltadas para a análise histórico-conceitual, o que indica a consolidação da AC na comunidade científica, uma vez que a área se desenvolveu o suficiente para buscar, em sua história, aspectos relevantes que favorecem a identificação de fatores que estão constantemente afetando a constituição da AC e do Behaviorismo no Brasil (Cruz, 2006).

1.3 Presença e participação feminina na Análise do Comportamento brasileira

No decorrer da história da AC no Brasil, diversas mulheres tiveram papéis importantes, algumas vezes até cruciais para o estabelecimento da área no país, mas pouco se tem registrado sobre suas contribuições. Um bom exemplo disso é o fato quase desconhecido de que o primeiro convite para que o Professor Keller¹ viesse para o Brasil partiu de uma aluna do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, Mirtes Rodrigues do Prado (Couto, 2012). Uma das poucas mulheres com reconhecimento mais amplo dentro do campo da ciência psicológica foi a Professora Doutora Carolina Martuscelli Bori que, nas palavras de Matos e Carvalho (1998), conquistou este posto por “principalmente ao longo de várias gestões como parte da Diretoria da SBPC”, ter rompido “os tabus políticos mais resistentes deste país: uma mulher à frente dos cientistas brasileiros” (p.5).

Como já discutido, a invisibilização do trabalho feminino é histórica e não exclusiva do campo da Psicologia ou da AC – é uma opressão

¹ O Professor Fred S. Keller, em 1961, veio ao Brasil lecionar durante um ano como professor visitante na Universidade de São Paulo. No decorrer da disciplina de Psicologia Experimental, o Prof. Keller não só apresentava o conteúdo programático da AC, como administrava exercícios práticos em laboratório. Estas aulas foram a primeira semente da Análise Experimental do Comportamento no nosso país (Matos & Carvalho, 1998).

Tabela 1.1: Lista de bases de dados e periódicos da área de AC usados no levantamento bibliográfico.

| Bases de dados |
|---|
| Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PubMed) |
| Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (Bvs-Psi) |
| Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme) |
| <i>Education Resources Information Center (Eric)</i> |
| Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPsic) |
| <i>American Psychological Association (PsycInfo)</i> |
| <i>Scientific Electronic Library Online (Scielo)</i> |
| <i>SciVerse Scopus (Scopus)</i> |
| <i>Web of Science</i> |
| Periódicos nacionais de Análise do Comportamento |
| <i>Acta Comportamentalia*</i> |
| Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTTCC) |
| Revista Perspectivas em Análise do Comportamento |
| Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC) |

*Apesar de ser um periódico internacional, os artigos selecionados neste periódico foram publicados em português, portanto optamos por incluí-lo na categoria de publicação nacional.

estrutural (Velho & León 2012). Resgatar e trazer à tona o trabalho dessas mulheres é uma forma não só de resgatar ângulos não explorados da história da AC brasileira, como também de ir contra o movimento de apagamento dessa parte importante da história das mulheres que fazem e contribuem significativamente para a ciência. Por isso, neste estudo, pretendemos apresentar como a produção e a carreira acadêmico-científica dessas mulheres vêm sendo retratada pela área e investigar o papel que a presença feminina teve na constituição e consolidação da AC no Brasil. Para esse objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico em nove bases de dados de periódicos científicos e em quatro periódicos nacionais da área de AC (como mostrado na Tabela 1), sem restrição de data, utilizando as seguintes combinações de buscadores: “início da Análise do Comportamento”, “história”, “Análise do Comportamento”, “Brasil”, “mulheres”, “behaviorismo”, e “pesquisa histórica”, bem como suas respectivas traduções para o inglês.

Inicialmente, foram selecionados todos os artigos que continham um

ou mais dos buscadores citados e aqueles que mostrassem uma ou mais palavras-chave semelhante aos buscadores utilizados. A partir do título, resumo e, se necessário, a leitura completa do artigo, foram selecionados aqueles trabalhos que abordavam, por meio de estudos de caso ou históricos, os 20 primeiros anos da AC no Brasil e aqueles que continham informações históricas ou documentação sobre este período. Foram encontrados 2730 artigos e, destes, 16 foram selecionados seguindo os critérios descritos.

A Figura 1.1 mostra a distribuição de artigos publicados por ano sobre a temática. Mesmo sem a existência de limitação de período temporal nas buscas, somente dois artigos foram publicados antes do ano 2000 e a maioria (nove dos 16 artigos) se concentra no período pós-2010. Esta informação corrobora o trabalho de Cruz (2006), comprovando a existência de uma lacuna a ser preenchida nesse âmbito, uma vez que existem poucas pesquisas históricas acerca da AC no país.

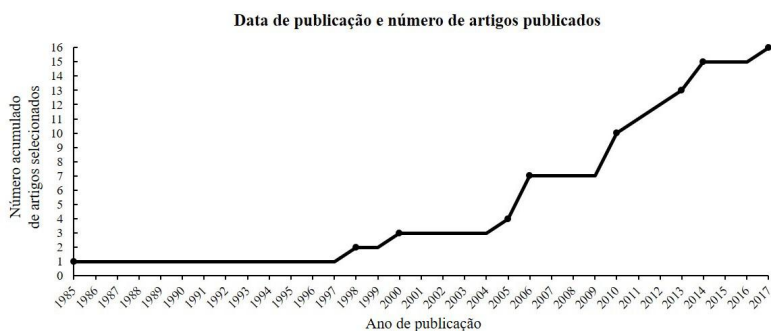


Figura 1.1: Distribuição do número de artigos encontrados de acordo com as datas de publicação dos mesmos. A curva acumulada mostra o crescimento acelerado de publicações sobre história da AC a partir de 2010.

Ao se buscar um resgate histórico da construção de uma ciência, como no caso da AC, é crucial considerar que a relação entre o comportamento do cientista, a comunidade científica e o contexto cultural em que cientista e comunidade se inserem são aspectos indissociáveis. A complexidade e a amplitude dessas variáveis nos impossibilitam contar toda a história e estamos limitadas e limitados, de forma que qualquer tentativa de concretizar tal tarefa resulta em esboços da história. (Cruz, 2006). Tais esboços, entretanto, não perdem seu valor porque tornam possível identificar ao

Gênero dos nomes citados como "catalisadores" da AC no Brasil

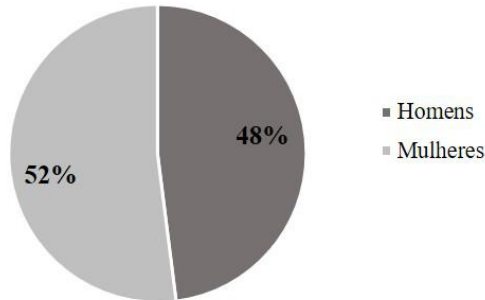


Figura 1.2: Distribuição por gênero dos nomes da área de AC, citados nos artigos selecionados para o estudo, considerados "catalisadores" da AC no Brasil entre 1960 e 1985.

menos algumas das variáveis presentes na cultura daquele momento que se relacionam com o comportamento não só de uma cientista ou um cientista, mas de toda uma comunidade científica, de acordo com o contexto cultural e histórico (Cruz, 2006). Este capítulo é um exemplo de como podemos utilizar essas relações para recontar a história, estando nós mesmas inseridas num contexto diferente e analisar, com base nas informações atuais, como se deu a construção da AC para compreender como e por que se deu o apagamento sistemático de inúmeras histórias e contribuições de mulheres ao longo do desenvolvimento da área.

Os artigos selecionados na busca relatavam acontecimentos ocorridos entre 1960 e 1985, configurando os primeiros 25 anos da AC no país, e citavam um total de 55 nomes da pesquisa e da academia na área de AC e Behaviorismo Radical. Dentre esses, 29 eram mulheres, configurando 52% do total, como podemos observar na Figura 2. A participação feminina no início da AC brasileira parece seguir a tendência expressa na Psicologia como um todo, demonstrada anteriormente, em que a participação das mulheres cai de 89% de estudantes na graduação em Psicologia (Rosemberg, 1984) para uma participação de 56,6% nos quadros docentes (DIEESE,

2016), e continua diminuindo para 52% das pesquisadoras consideradas importantes para “catalisação” da AC. Pode parecer uma comparação entre desiguais, dado que se compara a porcentagem total de alunas de graduação nos cursos de Psicologia com a porcentagem de pesquisadoras cujos papéis dentro da área de AC são considerados fundantes. Porém, é de se pensar como os homens passam de 11% dos estudantes de graduação em Psicologia daquela época (entre 1960 e 1980) para mais da metade dos grandes pesquisadores de uma ciência, enquanto a maioria das mulheres não ultrapassa os níveis da graduação e pós-graduação. Dado o contexto histórico do início da AC no Brasil, podemos buscar compreender esses dados como resultado dos papéis de gênero fortemente arraigados que desestimulavam então, e ainda desestimulam hoje, um maior envolvimento feminino profissional e acadêmico.

Mesmo com representação ligeiramente diminuída, relativamente à representação dos homens (29 mulheres para 26 homens citados), os números apresentados são importantes, pois salientam que apesar de todo o contexto histórico envolvido, mulheres estiveram e foram presentes ativamente na formação de analistas do comportamento e na disseminação de laboratórios de Análise Experimental do Comportamento pelo país. Mostram também como a percepção do papel das mulheres na área é subestimada pelas próprias cientistas e pelos próprios cientistas, já que um levantamento informal entre colegas analistas do comportamento tende a mostrar que, além das Professoras Carolina Bori, Maria Amélia Matos e algumas outras, a maioria das pesquisadoras e dos pesquisadores de AC não tem informações sobre essa participação fundamental das mulheres na área.

Dentre os 16 artigos selecionados para este estudo, 62% deles são de autoria estritamente masculina. Esse dado é muito interessante se levarmos em consideração a discussão acerca do “Efeito Matilda” e como o gênero influencia nas escolhas de coautores: a maioria esmagadora dos artigos é escrita somente por homens e, em sua maioria, somente com outros homens como parceiros. Esse dado, aliado às informações já citadas da acerca da proporção de mulheres na Psicologia, nos mostra que esse efeito não acontece por falta de profissionais femininas nas áreas científicas, mas porque homens sistematicamente excluem as mulheres do fazer científico. Pode-se inferir, portanto, que é mais um exemplo prático do “Efeito Matilda”.

A representação das mulheres na AC vem sendo analisada há tempos

no âmbito internacional. O trabalho de Poling et al. (1983) foi pioneiro desta área ao avaliar a contribuição das mulheres na produção científica da área no que diz respeito à autoria dos artigos publicados e na participação de mulheres nos conselhos editoriais dos principais periódicos internacionais. Esse estudo mostrou tendências crescentes na representação das mulheres como analistas do comportamento, ainda que essa participação não seja representativa do total de mulheres na área, em relação ao número relativo de homens. A pesquisa de Nosik (2018) mostra um aumento considerável da participação feminina na AC em diversas faixas etárias, o que demonstra que o aumento de cientistas mulheres é uma das ferramentas necessárias para promover mudanças de contingências necessárias para se alcançar a equidade, mesmo que os avanços sejam feitos aos poucos (Rossi, 1965).

Ao longo da leitura dos artigos selecionados para este estudo, percebemos que a participação feminina na formação da AC como área científica no Brasil se deu, principalmente, em três categorias de atuação distintas, ainda que sobrepostas em alguns casos: 1. a importância dessas profissionais no ensino da AC durante os anos iniciais da Psicologia no Brasil; 2. suas contribuições para o conhecimento analítico-comportamental nas áreas de pesquisa básica e aplicada; e 3. seu papel na difusão da AC como ciência e das tecnologias advindas desta. Desse modo, foi possível compreender de maneira mais acurada como se deram suas contribuições ao longo da formação da AC no país. A Tabela 1.2 mostra a distribuição das mulheres mencionadas nos artigos selecionados entre categorias formuladas. A atribuição das analistas do comportamento às categorias se deu seguindo os seguintes critérios:

1. Contribuições Para o Ensino: quando, nos artigos selecionados, foram citadas informações acerca da carreira docente como Universidade, período de docência, disciplinas ministradas e afins.
2. Contribuições Científicas (Pesquisa): quando foram descritos o desenvolvimento ou estabelecimento de linhas de pesquisa e de laboratórios e/ou participação e orientação de alunos em laboratórios de pesquisa.
3. Contribuições Para a Difusão da AC: quando foram encontradas informações sobre a elaboração de livros para públicos diversos, participação na consolidação de políticas públicas, fundação ou participação em cursos de outras áreas (pedagogia, biologia, enfermagem,

etc.), clínicas e institutos.

De um total de 29 mulheres citadas como “catalisadoras” e pioneiras da consolidação da AC no Brasil, quatro dos 16 artigos selecionados apresentam a maioria das mulheres (16 citadas) na categoria de Difusão da Análise do Comportamento, novamente seguindo a tendência, verificada tanto em outras áreas da Psicologia quanto dentro da AC, da presença feminina mais expressiva nas áreas aplicadas (ou seja, na prestação de serviços psicológicos) do que nas áreas científicas. Nas categorias de Contribuição Científica (Pesquisa) e de Ensino foram alocadas 10 e oito analistas do comportamento, respectivamente. Nota-se, também, que as Professoras Carolina Bori e Maria Amélia Matos aparecem nas três categorias, atestando sua importância para a AC brasileira. A Professora Dora Fix Ventura tem seu papel categorizado, também, tanto em Contribuição Científica (Pesquisa) como em Ensino. Em contraste com esse reconhecimento da área a essas pesquisadoras e professoras, temos o nome da Professora Luzidéia, citada no artigo de Barbosa, Costa, Ulian e Lima (2017), sobre a qual não encontramos maiores informações, nem mesmo sobre seu nome completo. O fato de essa professora ser somente citada em um estudo sobre a AC no Nordeste, região historicamente negligenciada nas políticas educacionais e científicas do país, não nos foge à atenção.

Para uma melhor visualização e entendimento do desenvolvimento da AC no Brasil através das contribuições das mulheres da área, foi elaborada uma linha do tempo com as informações coletadas nos artigos selecionados, mostrada na Tabela 1.3. Podemos ver, nessa cronologia, a expressiva participação das mulheres desde o lançamento das bases experimentais da AC no Brasil, com a fundação de laboratórios experimentais e intercâmbio com pesquisadores internacionais já estabelecidos, passando pelo ensino de disciplinas de Análise Experimental do Comportamento e outras disciplinas de Psicologia sob a ótica analítico-comportamental, até o início da clínica comportamental, estabelecendo a área aplicada e a prestação de serviços em Análise do Comportamento Aplicada.

Tabela 1.2: Categorização da participação feminina na formação da AC, segundo os artigos selecionados para o estudo.

| Categoria | Referência | Analistas do comportamento citadas |
|-------------------------------------|------------------------|---|
| Ensino | Barbosa et al., 2017 | Ana Lúcia Ulian Sandra Eli Bachiega |
| | Miranda & Cirino, 2010 | Carolina Bori Maria Amélia Matos |
| | Todorov & Hanna, 2010 | Margarida Windholz Dora Fix Ventura Maria Inês Rocha e Silva Vera Konigsberger |
| Contribuição científica (Pesquisa) | Miranda & Cirino, 2010 | Maria Amélia Matos Dora Fix Rachel Kerbaux Maria José Vasconcellos Adélia Teixeira Sonia dos Santos Castanheira |
| | Todorov & Hanna, 2010 | Elenice Ferrari Deisy das Graças de Souza Herma Drachenberg |
| | Fidalgo, 2014 | Carolina Bori |
| Difusão da Análise do Comportamento | Miranda & Cirino, 2010 | Carolina Bori Maria Amélia Matos |
| | Todorov & Hanna, 2010 | Maria Helena Leite Hunziker |
| | Polanco, 2014 | Ione Scarpelli Pereira |
| | Barbosa et al., 2017 | Mercedes Cunha de Carvalho Marilena Ristum Márcia Bonagamba Vera Otero Marlene Gonzales Anamélia Araújo de Carvalho Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos Ana Helena Galvão Márcia Miriam Gomes Liana Sodré Zorilda Goes Profa. Luzidéia* |
| | | |

*Não há informações sobre o nome completo dessa analista do comportamento.

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

| Período | Participação das analistas do comportamento | Referências |
|-----------|---|---|
| 1960-1970 | Deisy das Graças de Souza, então bolsista de iniciação científica, Elenice Ferrari e outros estudantes desenvolvem pesquisas sobre controle aversivo, reconhecidas por sua qualidade e originalidade e publicadas em revistas internacionais. | Todorov & Hanna, 2010 |
| 1961 | Maria Amélia Matos, Dora Fix Ventura, Margarida Windholz, Vera Konigsberger e Maria Inês Rocha e Silva são as primeiras alunas do curso oferecido por Keller durante sua primeira vinda ao Brasil. | Todorov & Hanna, 2010 |
| 1961-1962 | Maria Amélia Matos e Carolina Bori trabalham como assistentes do professor Keller. Foram responsáveis pelo primeiro laboratório de AC no Brasil. | Cirino, 2012 |
| 1962 | Bori se torna uma das primeiras professoras de Psicologia do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Rio Claro, interior de SP. Herma Drachenberg, sob supervisão de Carolina Bori, desenvolve em conjunto com outro cientista um protótipo do <i>Personalized System of Instruction</i> (PSI, da sigla em inglês para Sistema Personalizado de Ensino) | Todorov & Hanna, 2010 |
| 1963-1964 | Carolina Bori lidera a formação do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB). | Cirino, 2012 |
| 1965 | Maria Helena Leite Hunziker e outro cientista fundam o primeiro centro voltado para formação de AC da cidade de Campinas-SP. | Hanna & Todorov, 2010 |
| 1968 | Criação do curso de Psicologia na Universidade Federal da Bahia. Profa. Mercedes Cunha de Carvalho é uma das principais colaboradoras, participando da elaboração da grade curricular. | Barbosa et al., 2017 |
| 1969 | Carolina Bori ministra um curso que versa sobre Psicologia Social Experimental, considerado marco para o início da AC na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ione Scarpelli Pereira, então professora da UFMG, | Miranda & Cirino, 2010 Polanco, 2014 |

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

| Período | Participação das analistas do comportamento | Referências |
|-----------|--|--|
| 1969-1971 | Bori ministra aulas no programa de pós-graduação em Psicologia Experimental da USP. | Miranda & Cirino, 2010 Nale, 1998 |
| | Alguns dos principais trabalhos em AC no início da década de 1970 são orientados por Bori. | |
| | Maria Amélia Matos é responsável por montar o laboratório de comportamento operante, trazendo material dos EUA para a UFMG. | |
| | Dora Fix coordena o Laboratório de Psicologia Sensorial da UFMG. Carolina Bori e Maria Amélia Matos recebem professores de outras universidades interessados em AC (intercâmbio entre UFMG e USP-São Paulo) | |
| 1969-1979 | Todas as pesquisas sobre comportamento verbal produzidas neste período (totalizando seis estudos) são orientadas por Carolina Bori – enquanto professora da USP. | Fidalgo, 2014 |
| 1970 | Rachel Kerbauy escreve o manual “Análise Experimental do Comportamento: exercícios de laboratório”, utilizado amplamente no desenvolvimento do laboratório de AC na UFMG. Seus métodos foram minuciosamente seguidos por discentes e docentes. Maria José Vasconcellos e Sonia Castanheira atuam neste laboratório | Miranda & Cirino, 2010 Polanco, 2014 |
| | (Uma curiosidade: o primeiro laboratório de pombos da UFMG foi montado dentro de um dos banheiros do departamento.) | |
| 1970-1971 | Sonia Santos Castanheira, graduada em Psicologia pela UFMG, que se tornara professora da mesma universidade nos anos 60, inicia pesquisas em AC envolvendo pombos no laboratório didático. | Cirino, 2012 |
| 1971 | Redação do Regulamento do Laboratório de Psicologia da UFMG, documento assinado por Sonia dos Santos Castanheira. | Miranda & Cirino, 2010 Barbosa et al., 2017 |
| | Carolina Bori auxilia na instalação do laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Na época foram contratadas duas psicólogas recém-formadas para ministrar aulas: Marilena Ristum e Márcia Bonagamba. | |
| 1971-1972 | As docentes Maria José Vasconcellos e Maria Amélia Matos são responsáveis pelo I Encontro de Psicologia Experimental na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG. | Miranda & Cirino, 2010 |

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

| Período | Participação das analistas do comportamento | Referências |
|---------|---|------------------------|
| 1972 | Vera Otero e Marlene Gonzales substituem Ristum e Bonagamba em seu trabalho na UFMA. | Barbosa et al., 2017 |
| 1973 | Anamélia Araújo de Carvalho assume a coordenação do Laboratório e o ensino de Psicologia Experimental da Universidade Federal da Bahia (UFBA), junto com algumas egressas como Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos, Ana Helena Galvão, Márcia Miriam Gomes, dentre outras. Este grupo é o primeiro a exercer profissionalmente a terapia comportamental em Salvador-BA. | Barbosa et al., 2017 |
| 1974 | Adélia Teixeira é orientanda de Doutorado de Bori na USP-SP. | Miranda & Cirino, 2010 |
| 1979 | Ana Lúcia Ulian, formada pela Universidade de Londrina(UEL) juntamente com Liana Sodré e Zorilda Goes integraram o grupo de ensino da disciplina de Psicologia Experimental da UFBA. | Barbosa et al., 2017 |
| 1984 | Ana Lúcia Ulian assume a coordenação do Laboratório e as disciplinas de Psicologia Experimental 1 e 2 da UFBA (trabalhos que reveza com outro professor). Estas disciplinas propunham um programa que se utilizava de artigos com conteúdo clínico e metodologia experimental. Posteriormente faz parte do quadro de supervisores do Estágio em Clínica da mesma universidade. É fundado o segundo curso de Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR). | Barbosa et al., 2017 |
| 1985 | As disciplinas de AC são ministradas pela Profa. Luzidéia, ex-aluna da Universidade Federal do Ceará (UFC). A Profa. Sandra Eli Bachiega é contratada pela UFC e se torna responsável por supervisões na área clínica utilizando terapia comportamental. | Barbosa et al., 2017 |

1.4 Considerações Finais

A invisibilização e o silenciamento das mulheres no contexto científico têm sido mostrados em diversos estudos das áreas de Sociologia, Antropologia e História, desde o impedimento inicial da participação feminina nas universidades, até o completo apagamento das cientistas responsáveis por descobertas críticas para a evolução científica em seus campos. Na Psicologia de modo geral, e na AC em particular, esse cenário não é diferente, porém a AC tem progressivamente reparado essa desigualdade histórica reconhecendo aos poucos o papel das mulheres pioneiras da área na fundação da ciência e da prestação de serviços em AC no país, muito por iniciativa das próprias pesquisadoras, como este estudo atesta.

Para uma melhor compreensão das variáveis históricas e sociais implicadas nas práticas culturais de silenciamento e invisibilização das mulheres na sociedade e na ciência é preciso que tenhamos informações mais precisas sobre a presença e a participação feminina, com dados demográficos específicos sobre o número de mulheres nas associações da área, sua participação nos congressos, nas publicações e nos vários campos de aplicação da AC. McSweeney, Donahoe e Swindell (2000) sugerem a aplicação e acompanhamento de estatísticas formais sobre a participação de mulheres e minorias na AC como uma das estratégias para buscar a equidade da produção e do acesso à academia. Dessa forma, teremos um quadro mais preciso da situação de desigualdade entre os gêneros dentro da área, primeiro passo para a proposição de intervenções para modificar os sistemas de opressão de gênero. E, assim como Nosik (2018), encorajamos as futuras pesquisadoras e os futuros pesquisadores a continuar investigando as variáveis ambientais e práticas culturais de desigualdade de gênero e seus impactos, em prol de uma ciência analítico-comportamental mais igualitária.

Por fim, uma observação deve ser feita a respeito do conceito de mulher utilizado neste estudo: partimos do princípio da distinção de categorias de gênero (feminino e masculino) socialmente construídas, de acordo com teóricas feministas como Rubin (1975) e Lerner (1986), e analistas do comportamento feministas como Ruiz (2003)². Entretanto, é importante levar em consideração que a categoria mulher não é única e sim múltipla (Esmeraldo, 2006). Variáveis como raça, orientação sexual, identidade de

² Para maiores discussões sobre o conceito de gênero e as considerações analítico-comportamentais feitas a partir dele, ver o capítulo 02 neste livro.

gênero e classe social das analistas do comportamento pioneiras citadas neste estudo não foram levadas em consideração por falta destas informações em documentos históricos e nos artigos encontrados. Sabe-se, no entanto, que o perfil da população com nível universitário nas décadas de 1960 a 1980, no Brasil, era de homens brancos, heterossexuais e cisgêneros (ao menos publicamente), originários das classes sociais mais altas (Ristoff, 2014). Tendo em vista este contexto histórico-cultural, pode-se inferir que a maioria - para não dizer a totalidade - das mulheres citadas aqui se enquadra nos mesmos padrões de raça, orientação sexual e identidade de gênero públicas, além de compartilharem da mesma classe social. Tais interseccionalidades são frequentemente negligenciadas, portanto é necessária a realização de pesquisas que foquem em tais recortes para que possamos vislumbrar os seus impactos na construção da ciência. Nomes, histórias e contribuições foram e continuam sendo apagadas de forma recorrente - e o caso das mulheres é o mais evidente.

Referências Bibliográficas

- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: Revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41-52.
- Barbosa, J. I. C., Costa, N., Ulian, A. L. A. O., & Lima, L. S. (2017). Memórias da Análise do Comportamento no Nordeste: Bahia, Ceará e Maranhão. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19, 61-70.
- Camargo, W. X., & Kessler, C. S. (2017). Além do masculino/feminino: Gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, 47, 191-225.
- Costa, M. C. (2006). Ainda somos poucas: Exclusão e invisibilidade na ciência. *Cadernos Pagu*, 27, 455-459.
- Couto, A. (2012). História da Análise do Comportamento no Brasil. *Revista Online Comporte-se: Psicologia e Análise do Comportamento*. Retirado de: <http://www.comportese.com/2012/02/historia-da-analise-do-comportamento-no-brasil/>
- Cruz, R. N. (2006). História e Historiografia da Ciência: considerações para pesquisa histórica em análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(2), 161-178.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. (2016). Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro. Retirado de: <http://bit.ly/dieese2016>
- Esmeraldo, G. G. S. L. (2006). O feminismo no plural: Para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 829-831.
- Ferreira, M. C. R. (1985). The study of behavioural development in Brazil: Contemporary research, teaching, and practice. *International Journal of Behavioral Development*, 8, 139-151.

- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: Inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126.
- Foucault, M. (2003). *História da Sexualidade, Volume I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1988).
- Knobloch-Westerwick, S., Glynn, C. J., & Hoge, M. (2013). The Matilda effect in science communication: An experiment on gender bias in publication quality perceptions and collaboration interest. *Science Communication*, 35(5), 603-625.
- Lee, J. J. (2013). Six women scientists who were snubbed due to sexism. *National Geographic*. Retirado de: <http://bit.ly/leejj2013>
- Lerner, G. (1986). *The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford University Press.
- Macêdo, G. S., & Macedo, K. B. (2004). As relações de gênero no contexto organizacional: O discurso de homens e mulheres. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 4(1), 61-90.
- Matos, M. A., & Carvalho, A. M. A. (1998). Carolina Martuscelli Bori: Uma cientista brasileira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 411-420.
- McSweeney, F. K., Donahoe, P., & Swindell, S. (2000). Women in applied behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 23(2), 267-277.
- Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2010). Os primeiros anos dos laboratórios de análise do comportamento no Brasil. *Psychologia Latina*, 1(1), 79-87.
- Moraes, E. (2012). Ser mulher na atualidade: A representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de Maitena. Em I. Tasso & P. Navarro, (Orgs.), *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*, (pp. 259-285). Maringá: Eduem.
- Nosik, M. R., Luke, M. M., & Carr, J. E. (2018). Representation of women in Behavior Analysis: An empirical analysis. *Behavior Analysis: Research and Practice*, 1(2), 1-9.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Minimum Set of Gender Indicators. Disponível em <https://genderstats.un.org>
- Ortiz, E., & Silva, M.R. (2016). O uso de abordagens da História da Ciência no ensino de biologia: Uma proposta para trabalhar a participação da cientista Rosalind Franklin na construção do modelo da dupla hélice do DNA. *Investigações em Ensino de Ciências*, 21(1), 106-123.
- Poling, A., Grossett, D., Fulton, B., Roy, S., Beechler, S., & Wittkopp, C. J. (1983). Participation by women in behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 6, 145-152.

- Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 19(3), 723-747.
- Rosemberg, F. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4(1), 6-12.
- Rossi, A. (2012). Women in science: Why so few? *Science*, 148(3674), 1196-1202.
- Rossiter, M. W. (1993). The Matthew Matilda effect in science. *Social Studies of Science*, 23(2), 325-341.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women. Em: R. Reiter, (Org.), *Towards an Antropology of Women*, (pp. 160-207). New York: Monthly Review Press.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4, 12-16.
- Da Silva, W.A. (2015). Foucault e indigência: As formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 6(3), 111-128.
- Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139.
- Souza, M. R. F., & Fonseca, M. C. F. R. (2008). Mulheres, homens e matemática: Uma leitura a partir dos dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. *Educação e Pesquisa*, 34(3), 511-526.
- Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do Comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(SpE), 143-154.
- Todorov, J. C. (2004). Da aplysia à constituição: Evolução de conceitos na análise do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 151-156.
- Velho, L., & León, E. (2012). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, 10, 309-344.
- Woolf, V. (1985). Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1928.)
- West, J. D., Jacquet, J., King, M. M., Correll, S. J., & Bergstrom, C. T. (2013). *The role of gender in scholarly authorship*. PloS ONE, 8(7), e66212.

Capítulo 2

Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento

Táhcita Medrado Mizael

O feminismo pode ser conceituado, grosso modo, como um movimento de luta pela conquista de direitos iguais entre os homens e as mulheres. Ele costuma ser dividido em três grandes ondas, a primeira da metade do século XIX até os anos 1960, a segunda entre a década de 1960 e os anos 1980, e por fim, a terceira, da década de 1980 até os anos atuais (e.g., Nogueira, 2017). Em resumo, as pautas das lutas na primeira onda envolveram o desejo de emancipação das mulheres, as quais eram dependentes e subordinadas a seus maridos, além da reivindicação de direitos que apenas os homens tinham, como o direito de votar.

Na segunda onda, com o início da participação das mulheres brancas de classe média e alta no mercado de trabalho, uma pauta bastante presente foi o reconhecimento da opressão sobre as mulheres, especialmente na família nuclear e no trabalho. Em 1949, com a publicação de “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, muitas mulheres utilizaram o livro como inspiração para as lutas ao reconhecerem que elas eram consideradas menos cidadãs que seus parceiros homens. Nesse contexto, a frase “não se nasce mulher, torna-se” ficou internacionalmente famosa, sendo

utilizada como base para a divisão entre o sexo designado no nascimento – vinculado ao aparato biológico e, portanto, considerado natural, dos homens e mulheres – e o gênero (masculino e feminino) – caráter social das diferenças sexuais entre homens e mulheres, algo considerado construído e não natural (e.g. Piscitelli, 2002; Scott, 1995).

Um slogan nessa fase que ficou muito famoso foi “O pessoal é político”, utilizado para evidenciar que qualquer tipo de violência ocorrida no âmbito familiar não deveria ser ocultado; pelo contrário, as violências deveriam ser expostas para que a vítima pudesse ser ajudada e o perpetrador, responsabilizado. Outras pautas presentes foram a defesa do direito à contracepção e ao aborto, questionamentos envolvendo a sexualidade, como a existência da heterossexualidade compulsória (Rich, 1980/2010) e a objeção ao tratamento das mulheres como objetos na publicidade, na pornografia e também nas artes (e.g., Nogueira, 2017; Schiebinger, 2008).

O leitor mais crítico pode, desde o início do texto, ter se perguntado sobre quais mulheres e quais homens foram referidos até o momento, uma vez que homens e mulheres negras eram obrigados a trabalhar em condições sub-humanas e sem poder exercer uma série de direitos que as pessoas brancas tinham, como o direito de estudar. Além disso, para uma variedade de pessoas (como as mulheres lésbicas, homens negros, indivíduos com deficiências, pessoas que moram no campo, etc.), seus marcadores sociais (características físicas e/ou simbólicas) as colocam em diferentes posições. Sendo assim, suas reivindicações seriam diferentes, por terem uma vida distinta da maioria das mulheres que “protagonizaram” (por terem condições de fazê-lo) os feminismos mais conhecidos.

Foi na segunda onda também que o feminismo negro surgiu com mais força, denunciando que as demandas e reivindicações existentes até o momento no feminismo eram pautadas na experiência de mulheres brancas, ocidentais e da classe média. Um relato muito importante, ainda no período da primeira onda, foi o de Sojourner Truth, na Convenção dos Direitos das Mulheres ocorrida em 1851, que denunciava naquela época os perigos da essencialização da categoria “mulher”:

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi

tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (Brah & Phoenix, 2004, p. 77).

A terceira onda do feminismo é marcada por uma diversidade e pluralidade de pensamentos e posicionamentos, com destaque para 1) o feminismo pós-moderno e pós-estruturalista (e.g., Butler, 2003), que questiona a noção da existência de uma identidade coerente e estável; 2) a presença de posições teóricas que problematizam concepções feministas essencialistas (e.g., Butler, 2001; Louro, 2008) e 3) críticas com relação a separação de sexo e gênero, com o primeiro considerado uma diferença natural e o segundo, artificial/construído (e.g., Nicholson, 2000), uma vez que não existe sexo pré-discursivo (Butler, 2003) e também com relação a concepções monolíticas da subjetividade. Assim, a desconstrução, a diversidade e a fragmentação identitária são características bastante presentes na terceira onda.

Assim, o feminismo, ou melhor, os feminismos não são movimentos monolíticos ou homogêneos. Sua divisão em ondas tampouco é acurada, uma vez que pode dar a impressão errônea de que as ideias surgiram em um mesmo momento e foram substituídas por novas demandas, sem que as demandas antigas subexistissem ou que houvesse pontos discordantes nos discursos das feministas. Além disso, é importante frisar que as demandas reivindicadas nessas três ondas consistiam, sumariamente, das demandas de mulheres brancas da classe média, muitas delas estadunidenses (Piscitelli, 2002; Nogueira, 2017).

2.1 Epistemologia feminista e críticas à concepção de ciência moderna

Pelo menos desde a década de 1970, muitas feministas, especialmente as acadêmicas, começaram a criticar as concepções de ciência correntes. Elas perceberam uma relação entre os conhecimentos científicos produzidos e problemas centrais do movimento, como a subordinação das mulheres em

diversos âmbitos. As feministas criticaram fortemente o uso do masculino como universal, a exclusão ou subordinação das mulheres como objeto de pesquisa e como pesquisadoras, o enviesamento androcêntrico e as lacunas e generalizações nas pesquisas (Schiebinger, 2008). Como exemplo tem-se as pesquisas sobre ansiedade e depressão. A maioria dos estudos sobre modelos animais é feito com ratos machos, e os ensaios clínicos com homens. Os resultados, contudo, são generalizados para toda a população. Além disso, durante muitos anos houve uma naturalização das diferenças entre os sexos como produtos biológicos (e.g., a inteligência, habilidades viso-espaciais e a coordenação motora foram consideradas habilidades que somente os homens tinham, apesar de haver dados mostrando que essas habilidades são aprendidas contextualmente). No entanto, hoje sabe-se que meninos muitas vezes desenvolvem mais as habilidades de raciocínio viso-espacial e coordenação motora fina, por exemplo, pela exposição a brinquedos os quais as meninas são proibidas e/ou fortemente punidas ao brincar (e.g., Porto, 2016; Schiebinger, 2008).

Até mesmo campanhas de saúde veiculadas televisivamente são focadas no masculino. Pense em quais são os sintomas de infarto do miocárdio. Dor no peito, náuseas, suor frio e desmaios, certo? Na verdade, nas mulheres muitos sintomas do infarto do miocárdio são diferentes e envolvem, por exemplo, falta de ar, cansaço inexplicável e arritmia (*National Institute of Health*, 2012). Além disso, a representação do óvulo e espermatozoide como agentes passivo e ativo, respectivamente, em livros didáticos, vídeos e outros tipos de mídia também é incorreta (e.g., Keller, 2006).

Com base nas diversas críticas à concepção de ciência corrente na época, algumas epistemologias feministas foram desenvolvidas, com posições que variavam desde as mais liberais até as mais radicais. Nas posições mais liberais, há certa concordância com os pressupostos da ciência moderna e o foco é em pesquisas sobre questões que dizem mais respeito às mulheres. Assim, as feministas que adotam as posições mais liberais consideram que a ciência é neutra e desinteressada, que conhecedor e conhecido estão separados, que a ciência pode ser objetiva, etc., mas que é necessário focar os estudos nas experiências das mulheres. Por outro lado, as posições mais radicais vão questionar inclusive a objetividade e a racionalidade como bases da metodologia científica, evidenciando que a ciência está imbrincada na política e na ideologia, ou seja, que é impossível uma pesquisa ser neutra e/ou objetiva (Nogueira, 2017).

Assim, por exemplo, no empiricismo feminista, parte-se de uma concepção na qual é possível corrigir os vieses androcêntricos e sexistas se as regras da pesquisa científica forem cumpridas à risca. Para as teorias de *standpoint* feministas (e.g., Harding, 1986), por outro lado, além de seguir as normas da pesquisa científica de maneira estrita, é necessário que se pesquise sobre as mulheres, suas experiências e concepções sobre os acontecimentos. Por fim, uma terceira epistemologia feminista vai advogar a recusa a qualquer discurso universalizante, fomentando a existência de conhecimentos situados, ou seja, que uma pesquisa realizada em determinado local e contexto pode ter (e provavelmente terá) resultados distintos da mesma pesquisa realizada em outro local e/ou contexto. As duas primeiras abordagens, portanto, possuem uma concepção universal e generalizante da mulher, essencializando-a, que é justamente o que a terceira abordagem busca evitar.

2.2 Interseccionalidades

O termo interseccionalidade tem sido utilizado em uma variedade de contextos, sendo considerada um método de pesquisa, uma teoria, uma abordagem, um paradigma, um conceito, uma metáfora analítica, entre outros (e.g., Davis, 2008). Historicamente, o estudo das interseccionalidades foi fortemente influenciado pelo feminismo negro, ou seja, um dos movimentos feministas nos quais as mulheres negras perceberam que a intersecção entre diferentes marcadores sociais, especialmente raça e gênero, dificultava sua identificação com as lutas feministas (principalmente nas décadas de 1960 a 1980) e pelos direitos civis. O relato de Falcón (2009) ilustra isso:

As ativistas mulheres de cor dessa época eram frequentemente forçadas a optar por um dos lados entre as lutas feministas e as dos direitos civis. Fazer a escolha era difícil para mulheres de cor porque suas experiências não eram apenas baseadas em raça *ou* gênero, mas em raça e gênero. Frustradas com feministas brancas que fracassaram em integrar o antirracismo em seu ativismo e com homens de cor que fracassaram na luta contra seu sexismo, as mulheres de cor começaram a se organizar e vocalizar suas questões [específicas] (Falcón, 2009, p. 467, *itálicos adicionados*).

Assim, o termo *feminismo interseccional* tem sido utilizado para denominar feminismos nos quais as interseccionalidades são levadas em consideração nas análises, ou seja, que ser mulher pode produzir formas de opressão, mas que essa característica não é (ou não deveria ser) considerada a única ou a mais importante forma de opressão.

O primeiro registro do termo interseccionalidade foi feito pela pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, para se referir à abordagem que leva em consideração a interação entre diversas formas de subordinação. A Teoria da Interseccionalidade (TI) parte de um questionamento relacionado aos feminismos mais “tradicionais”, que abordavam, entre outras coisas, as diferenças de gênero, no sentido de masculino/feminino. Nesse sentido, em vez de pesquisar as diferenças entre homens e mulheres, a TI ressalta a importância de se pesquisar também as diferenças entre as próprias mulheres. O objetivo de tal empreitada é reduzir os essencialismos, ao descentrar os discursos dominantes focados, primordialmente, nas diferenças entre homens e mulheres brancos e de classe média de sociedades ocidentais (Henning, 2015; Nogueira, 2017).

Para a TI, todo conhecimento é considerado 1) socialmente construído e 2) parcial e limitado historicamente ou politicamente. Além disso, a TI enfatiza a importância de coexistirem uma variedade de posições, indicando, portanto, que os posicionamentos de determinado indivíduo dependem de sua história de vida, dos contextos aos quais ele foi exposto e das experiências que teve. Desse modo, diferentes marcadores sociais são dotados de diferentes valorações em diferentes contextos, o que expõe o caráter relacional de aspectos e características humanas. Na TI, o foco de análise é a interação ou intersecção entre as várias categorias ou identidades a qual uma pessoa pertence (marcadores sociais), como raça, sexo designado no nascimento, identidade de gênero, orientação sexual, deficiências, classe, idade/geração, território, nacionalidade, corporalidade, etc. (Aguião, 2015; Nogueira, 2017; Piscitelli, 2008). Para Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 177).

Assim, diferentemente de concepções mais tradicionais, onde predomina o raciocínio de que os marcadores sociais se somam, essa teoria¹ mostra que a articulação destes marcadores cria condições de opressão e privilégio, dependendo dos contextos onde os indivíduos estão e da própria articulação entre os marcadores.

Diante da pergunta “quem tem mais desvantagem: homens ou mulheres?”, a resposta pode variar a depender dos outros marcadores incluídos na análise. São homens e mulheres brancos? Eles vivem na cidade, no campo? São jovens, idosos? E se for um homem negro e uma lésbica branca? Existem pesquisas mostrando, inclusive, que certas palavras que deveriam ser utilizadas para descrever homens e mulheres, como “*Black*” (negro), e até palavras que descrevem uma classe de pessoas (“*women*”, mulheres), independente de outros atributos evocam respostas muito específicas. No caso, *Black* evoca a classe “homens negros” apenas, e *women*, “mulheres brancas” (e.g., Goff, Jackson, Di Leone, Culotta, & DiTomasso, 2014; Steinbugler, Press, & Dias, 2006; Warner, 2008). Nas palavras de Warner (2008), “um estereótipo diferente é eliciado quando gênero e raça são considerados juntos, do que quando raça ou gênero são considerados sozinhos” (Warner, 2008, p. 457).

2.3 É possível uma articulação entre o feminismo (interseccional) e a análise do comportamento?

O feminismo interseccional pode ser conceituado como a análise das formas de entrelaçamento entre diferentes marcadores sociais contextualizados histórica e culturalmente que podem produzir desigualdades, mas também formas de resistência e/ou privilégios. Ele “se opõe à ideia de partir de diferenças tidas como relevantes *à priori*” (Henning, 2015, p. 110)

Pressupostos feministas são coerentes com a abordagem analítico-

¹ De acordo com Adriana Piscitelli (2008), existem duas abordagens predominantes sobre as interseccionalidades: a abordagem sistêmica e a abordagem construcionista. Em termos gerais, na primeira abordagem, há um foco sobre o caráter repressivo dos marcadores sociais na possibilidade de agência (capacidade de identificar relações de controle – geralmente aversivo – e agir, de modo a reduzi-las) das mulheres, e o segundo possui uma concepção de dinamismo maior, de modo que a articulação entre os diferentes marcadores sociais pode gerar contextos de opressão, mas também de agência para as mulheres. Este texto utiliza a segunda abordagem do termo.

comportamental e contribuições da análise do comportamento (AC) para os feminismos foram realizadas, principalmente pela pesquisadora Maria Ruiz (Ruiz, 1995, 1998, 2003, 2009; 2013; Ruiz & Roche, 2007), mas também por outros (e.g., Couto & Dittrich, 2017; Fideles & Vandenberghe, 2014; Silva & Laurenti, 2016). Em seguida, serão apontadas algumas das críticas aos modelos de ciência feitos por feministas, seguidas por explicações analítico-comportamentais (parte da discussão a seguir pode ser vista em alguns dos estudos supracitados):

1. Visão contextual e subjetiva do conhecimento científico:

Uma crítica comum no discurso feminista em geral, ou seja, de várias abordagens feministas, como apontado por Ruiz (1995), é a suposição de que o conhecimento científico é objetivo e neutro e de que conhecedor e conhecido estão separados. Desde a década de 1970, alguns feminismos defendem uma ciência na qual o cientista não pode ser separado do objeto a ser conhecido, uma vez que este faz parte do mesmo ambiente. Nesse sentido, o conhecimento científico não pode ser neutro nem objetivo, uma vez que as realidades são construídas socialmente (e.g., Schiebinger, 2008). A AC possui uma visão que concorda (pelo menos parcialmente) com o pressuposto de que todo conhecimento é contextual e subjetivo. Nas palavras de Skinner (1974):

Seria absurdo para o behaviorista afirmar que está de alguma forma isento de sua análise. Ele não pode sair do fluxo causal e observar o comportamento de algum ponto de vista especial [...]. No próprio ato de analisar o comportamento humano, ele está se comportando – como no próprio ato de analisar o pensamento, o filósofo está pensando (p. 234; tradução da autora).

2. Visão contextualista de mundo

Outra crítica presente no discurso feminista apontada por Ruiz (1995) e especialmente dirigida à psicologia, é que esta é individualizante, uma vez que os problemas psicológicos, apesar de serem pautados em contextos sócio-políticos, são considerados pela psicologia como questões individuais. Exemplos disso são a violência doméstica, onde é comum ver análises da vítima e do agressor sem levar em consideração os contextos mais

amplios no qual a agressão ocorreu, o “indivíduo ansioso” ou “depressivo”, diagnosticado e tratado individualmente, sem considerar porque a pessoa desenvolveu tais transtornos; e o preconceito racial, onde o indivíduo “racista” é considerado o problema a ser tratado, como se o racismo viesse ou fosse uma propriedade de instâncias internas e não fosse aprendido no ambiente no qual o indivíduo está inserido.

Diferentemente de algumas abordagens psicológicas consideradas individualizantes, e em concordância com o discurso feminista que preza por análises contextuais, a AC possui uma visão contextualista de mundo, onde os contextos históricos e imediatos são fundamentais para a análise. Em uma pesquisa sobre violência doméstica de Bernard Guerin e Marcela Ortolan (2017), por exemplo, os autores apontam que a análise de um ou mais episódios de violência contra a mulher requer não só a análise do comportamento do par, mas também do ambiente mais abrangente. Isto envolve, segundo os autores, os contextos políticos, históricos, sociais e econômicos atuais, os quais oferecem, muitas vezes, condições para que diversos tipos de violência sejam reforçados e/ou naturalizados.

Ainda nesse sentido, a análise funcional constitui uma ferramenta que permite a identificação de comportamentos com topografias diferentes, mas com funções semelhantes, o que pode ser útil na identificação (e modificação) de condições adversas que muitas vezes as pessoas não identificam. Assim, ainda no contexto da violência contra a mulher, reter o dinheiro que a parceira ganha, proibi-la de trabalhar ou forçá-la a pedir demissão, e impedir o acesso à conta conjunta do casal são formas diferentes de monitorar as atividades da parceira e diminuir o número de contatos sociais dela (Guerin & Ortolan, 2017).

3. Agência como uma forma de controle recíproco sobre as contingências ambientais

No discurso feminista, agência é um termo utilizado para se referir, grosso modo, à capacidade de identificar relações de controle (geralmente aversivo) e buscar formas de eliminá-las ou reduzi-las. Assim, uma terceira crítica das feministas parte do entendimento, nem sempre correto, de que a agência é algo externo ao indivíduo (e não uma relação organismo-ambiente, como a AC a entende) e que, portanto, é impossível modificar práticas opressivas se “não tenho” ou “não possuo” agência. Entretanto, para a AC, o conceito de agência diz respeito a um controle recíproco sobre contingências ambientais (Ruiz, 1998), de modo que o ambiente causa

mudanças em nosso comportamento, mas nós também modificamos o ambiente: “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações” (Skinner, 1957/1978, p. 15). Nesse sentido, é possível que a concepção de agência utilizada nos feminismos seja coerente com a proposta analítico-comportamental, sendo vista como uma forma de autoconhecimento que instrumentaliza o indivíduo para a ação.

Após verificar, portanto, que vários pressupostos dos feminismos são coerentes com a proposta analítico-comportamental, de que maneira nossas ferramentas ou formas de análise podem auxiliar no estudo das diferenças entre homens e mulheres (e entre as próprias mulheres e os próprios homens)?

Ruiz (2003) faz uma análise do que ela chama de práticas culturais generificadas, mostrando que o sexo designado no nascimento dos indivíduos serve como estímulo discriminativo para tais práticas. Assim, por exemplo, temos evidência de que professores de ensino fundamental reforçam classes de respostas de seus alunos diferencialmente, dependendo do sexo da criança: se o indivíduo é um menino, a qualidade do trabalho é reforçada. Se for menina, por outro lado, a aparência do trabalho é reforçada. Tal reforço diferencial é dado em uma série de contextos e com relação a uma variedade de respostas, como a maneira de se sentar, o que é considerado bagunça, que tipos de interesses são reforçados (matemática para os meninos e artes para as meninas), etc.

Outro exemplo se refere ao comportamento assertivo. Segundo Del Prette e Del Prette (2005), na “base do conceito de assertividade encontra-se a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana.” (p.175). Entretanto, é comum ver no dia-a-dia que uma mesma classe de comportamentos emitidos por homens e mulheres que poderia levar o rótulo de assertividade é considerada assertiva somente quando emitida por homens, os mesmos comportamentos emitidos por mulheres são considerados “agressivos”.

Assim, em resumo, para Ruiz (2003):

Quando nós falamos de práticas culturais generificadas, nós estamos falando de formas de controle social relacionadas ao poder e a relações de dominância que levam diretamente ao nível de acesso que um indivíduo ou grupo de indivíduos

podem ter a fontes de reforçamento ou alocação de recursos
(p. 15; tradução da autora).

E o feminismo interseccional? Apesar de várias dessas contribuições serem possíveis em vários tipos de feminismos, de que maneira a AC poderia contribuir especificamente no feminismo interseccional?

1. Concepção de que todo conhecimento é socialmente construído:

A TI e o feminismo interseccional adotam a concepção de que as formas de conhecimento são socialmente construídas. Para a AC, a concepção de conhecimento presente nas propostas construcionistas sociais se refere ao “saber que” (*knowing that*), ou seja, “conhecer significa comportar-se com o comportamento verbal apropriado” (Guerin, 1992/2009, p. 5). Guerin (1992/2009) relaciona a AC e algumas abordagens construcionistas utilizando duas abordagens principais modernas: a de Gergen & Davis (1985) e a de Moscovici (1988).

Para Gergen e Davis (1985) existem quatro concepções presentes no construcionismo social: 1) a de que “nossas relações com o mundo nem sempre correspondem ao mundo real” (Guerin, 1992/2009, p. 3), com a implicação de que mesmo que essas relações e objetos sejam inventados/criados, tais relações podem influenciar o comportamento aberto e encoberto dos indivíduos; 2) a concepção de que a forma com a qual explicamos o mundo (pelo uso da linguagem) também se configura como um produto social; 3) a concepção de que a manutenção de qualquer conhecimento não depende de sua validade empírica, mas de sua relação com o ambiente social e não social; e 4) de que conhecimentos construídos socialmente são inseparáveis de nossas vidas sociais e se relacionam com várias outras atividades sociais. Além disso, para Gergen e Davis (1985), conhecimento não é uma propriedade ou um objeto existente na cabeça das pessoas, mas coisas que as pessoas fazem juntas, o que também é coerente com a proposta analítico-comportamental.

Outros pesquisadores da AC também têm evidenciado pontos de contato entre a AC e o construcionismo social. Roche e Barnes-Holmes (2003), por exemplo, relataram semelhanças (e diferenças) entre a proposta construcionista social e a proposta analítico-comportamental: 1) a natureza do conhecimento: ambas as abordagens consideram que o conhecimento científico possui origem social e seu entendimento se baseia no estudo de práticas da comunidade verbal; 2) a linguagem como peça-chave para a

ação humana: a concepção de que a linguagem é uma convenção social e o interesse em análises funcionais da linguagem, e 3) ênfase no contexto e história para analisar os eventos, para citar apenas três.

A proposta analítico-comportamental compartilha a noção de que as formas pelas quais compreendemos o mundo são o produto do ambiente social ao qual os indivíduos pertencem. Descrições do mundo e do próprio *self*, são, portanto, resultado de um processo de aprendizagem de relações complexas formadas no contato com o mundo, de maneira que nossas concepções sobre o mundo, sobre quem somos e o que sentimos não correspondem a uma realidade objetiva, mas sim a uma série de aprendizagens sociais.

Do mesmo modo, a linguagem, ou melhor, os significados que damos aos vários aspectos da linguagem (símbolos, gestos, verbalizações, etc.) são determinados e compartilhados por uma comunidade verbal social, ou seja, uma mesma palavra (símbolo ou gesto) pode ter diferentes significados em diferentes culturas, ou ainda dentro de uma mesma cultura (ou comunidade verbal). Assim, é possível considerar a AC como uma abordagem construcionista social que converge com a concepção presente nas abordagens interseccionais (e, consequentemente, no feminismo interseccional) de que conhecimentos são socialmente construídos.

2. Identificação de relações de controle

A descrição operacional das contingências, prática básica da AC, pode ser muito útil na identificação e descrição acurada das complexas relações envolvidas nos eventos de interesse do universo do feminismo interseccional. Resgatando a pergunta “quem sofre mais violência no Brasil: Homens ou mulheres?”, possíveis relações de controle seriam: o primeiro indivíduo pode responder sob controle da violência que ocorre nas ruas. A segunda pode responder sob controle da violência doméstica, e uma terceira relação de controle estaria baseada nos dados de violência policial. Portanto, o tipo de violência (física, psicológica, etc.), o contexto no qual a pessoa sofreu a violência, quem a perpetrou, entre outros, são variáveis que podem controlar a emissão da resposta e, portanto, criar diferentes verdades ou concepções sobre o assunto.

A identificação de relações de controle também se relaciona com outro aspecto central da TI e do feminismo interseccional, que é a oposição à ideia de partir de diferenças consideradas relevantes *a priori*, ou seja, antes da análise. Os contextos vão “informar” quais diferenças, marcadores

sociais e/ou outros estímulos controlaram as respostas que determinado indivíduo emitiu em determinado evento.

3. Ênfase no aspecto relacional e na história dos indivíduos

Na seção sobre “Interseccionalidades”, foi ressaltada a descoberta, em algumas pesquisas, de que certas palavras que são utilizadas para descrever homens e mulheres podem evocar respostas específicas, como no caso de “Black”, geralmente assumido como “homem negro”, e “woman” como “mulher branca” (e.g., Warner, 2008). Essa descoberta pode ser analisada, em nosso referencial, a partir de um modelo recente, elaborado no contexto da teoria das molduras relacionais² (*Relational Frame Theory*, RFT, em inglês; Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001).

O nome desse modelo é DAARE, *Differential Arbitrarily Applicable Relational Responding Effects* (efeitos do responder relacional diferencial arbitrariamente aplicado) e ele surgiu em um contexto de pesquisa na qual os experimentadores tiveram dificuldade em explicar porque alguns estímulos se relacionavam mais entre si do que outros. Especificamente, em uma tarefa na qual os participantes tinham que relacionar cores com cores, cores com formas e formas com formas, os experimentadores verificaram que os participantes tinham mais facilidade em relacionar “cor-cor” do que “forma-forma” (Finn, Barnes-Holmes, Hussey, & Graddy, 2016). O que os pesquisadores hipotetizaram, em um estudo subsequente (Finn, Barnes-Holmes, & McEnteggart, 2018), é que talvez esses resultados ocorreram porque, na história verbal com essas palavras, a frequência de emissão das palavras utilizadas na pesquisa que se referiam a cores era maior que a frequência de emissão de palavras que denotavam formas. Para este modelo, então, essa frequência diferencial no uso das palavras referentes às cores e às formas evoca mais respostas de orientação às primeiras, em comparação com as segundas, de modo que há uma maior coerência, isto é, uma maior consistência entre o padrão de responder relacional e a história comportamental que deu origem a esse padrão nas relações “cor-cor” do que nas relações “forma-forma”.

² A teoria das molduras relacionais é uma abordagem moderna da linguagem e cognição humanas. De acordo com essa teoria, a base da cognição e linguagem humana está na habilidade de aprender diferentes tipos de relações entre estímulos, de modo que a aprendizagem de algumas relações seja suficiente para que um indivíduo derive outras relações, ou seja, aprenda algumas relações sem que seja instruído para fazê-lo. Para saber mais, consulte Hayes et al. (2001).

Neste contexto, pesquisas podem se utilizar desse modelo para discutir resultados já encontrados na literatura, por exemplo: sobre vieses raciais e de gênero, na criação de novas pesquisas que investiguem esses efeitos e aplicando-os a questões como estereótipos de gênero e a intersecção gênero-raça. O estudo de Barnes-Holmes, Murphy, Barnes-Holmes e Stewart (2010), por exemplo, investigou a existência de vieses raciais implícitos em participantes adultos. Os participantes tinham que responder a relações consideradas consistentes ou inconsistentes com suas histórias de vida, respondendo verdadeiro ou falso às relações “homem branco carregando armas-seguro”, “homem branco carregando armas-perigoso”, “homem negro carregando armas-seguro” e “homem negro carregando armas-perigoso”. Veja que, além da história verbal com esses estímulos, existe também a história do responder a “verdadeiro” ou “falso”, com o primeiro ocorrendo em uma frequência maior que o segundo (a frequência de emissão da resposta “verdadeiro” tende a ser maior que a frequência de emissão da resposta “falso”).

Nesse estudo, a hipótese era que, de acordo com as respectivas histórias de vidas, os participantes responderiam com uma rapidez semelhante às relações entre homens negros e perigo e a homens brancos e segurança. Entretanto, os resultados mostraram que os participantes tiveram mais facilidade em relacionar “branco-seguro” do que “negro-perigoso”. De acordo com o modelo DAARE, e como interpretado por Barnes-Holmes, Harte e McEnteggart (no prelo), se a foto do homem branco e a palavra “seguro” tiverem funções avaliativas positivas para os participantes, ao passo que a foto do homem negro e a palavra “perigoso” tivessem funções avaliativas negativas, é possível interpretar tais resultados em termos de maior ou menor coerência entre “branco-seguro-verdadeiro” e “negro-perigoso-verdadeiro”, com o primeiro sendo mais frequente, ou seja, mais coerente com suas histórias verbais. Portanto, tal efeito “pode ter surgido, em parte, a partir das diferenças na coerência entre os dois tipos de tentativas, ao invés de puramente a partir de respostas racialmente enviesadas” (Barnes-Holmes et al., no prelo, p. 19).

Uma interpretação possível disso é que relações entre palavras tem o potencial de gerar certos padrões de resposta mais frequentes que outros, como o “branco-seguro” ser mais frequente que o “negro-perigoso” na linguagem dos participantes da pesquisa supracitada. Nesse caso, extrapolando a análise, a forma como notícias, novelas, músicas e até piadas são veiculadas/contadas pode auxiliar no estabelecimento e/ou manuten-

ção de relações indesejadas (preconceituosas), reforçando relações já existentes (estereótipos) sobre grupos. Essa possibilidade deve ser examinada experimentalmente, e os estudos na área da equivalência e de pareamento de estímulos (e.g., Amd, de Almeida, de Rose, Silveira, & Pompermaier, 2017; Barnes, Leader, & Smeets, 1996; Leader, Barnes, & Smeets, 1996; Sidman, 1994; Sidman & Tailby, 1982) mostram que isso é possível.

Com relação às possibilidades de pesquisa, estudos poderiam verificar se esse efeito é demonstrado em pesquisas sobre estereótipos de gênero, utilizando como estímulos, por exemplo, “homem”, “mulher”, “sensível” e um adjetivo neutro. De acordo com o modelo DAARE, os resultados mostrariam que é mais fácil relacionar “mulher-sensível-verdadeiro” do que “homem-sensível-verdadeiro”. Além disso, poderiam ser delineados estudos que utilizem, como estímulos, compostos como “homem branco”, “homem negro”, “mulher branca” e “mulher negra” e atributos relacionados a um desses grupos, investigando os efeitos da intersecção entre dois ou mais marcadores sociais no responder relacional.

2.4 O que analistas do comportamento feministas podem fazer em seus campos de atuação?

Para finalizar, seguem algumas dicas de atuação que podem ter grandes implicações teóricas e práticas, caso analistas do comportamento se identifiquem com os pressupostos feministas supracitados:

1. Explicitar as razões pelas quais um/a pesquisador/a quer investigar ou investigou certo tema de pesquisa, pensando especialmente nas implicações disso em termos de consequências científicas e sociais para o grupo estudado;
2. Descrever contingências que revelem estruturas e/ou contextos de opressão existentes e como tais estruturas/contextos deixam vários grupos de pessoas à margem. Exemplos seriam descrições sobre como a aceitação de comportamentos como o ciúme pode ter a função de controlar a parceira; efeitos negativos de fomentar uma cultura em que os homens devem cuidar das finanças do casal hétero ou bissexual e etc. (o trabalho de Guerin & Ortolan, 2017 é um ótimo exemplo disso);

3. Promover práticas inclusivas (aspecto interseccional importantíssimo) pensando nos mais diversos tipos de público que tenham interesse e/ou necessidade nos serviços prestados pelos analistas do comportamento. Assim, ao oferecer um curso sobre “como lidar com o luto”, por exemplo, o profissional provavelmente vai fazer recomendações que são voltadas para um determinado tipo de público (e.g., uma pessoa com condições de pagar um psicólogo, e/ou com uma rede de apoio disponível). Nesse sentido, é importante que o profissional tente pensar em outras populações (e.g., pessoas pobres, indivíduo que não possui rede de apoio, etc.) para que as recomendações sejam mais abrangentes (quando necessário) e, principalmente, que o profissional seja humilde a ponto de revelar desconhecimento sobre determinados temas, mas que, ao mesmo tempo, se mostre disponível para auxiliar em uma demanda que é da sua área, mas se refere a condições ainda não pensadas;
4. Analisar e criar estratégias eficazes de contracontrole: de acordo com Baum (2017), o “contracontrole atua para corrigir a inequidade/desigualdade, diminuindo o desequilíbrio no poder” (p. 202; tradução da autora). Assim, estratégias de contracontrole (e.g., as lutas nos movimentos feministas) podem ser consideradas o que costumeiramente é chamado de “resistência” nos feminismos.

É importante considerar que, por mais que você seja um/a profissional atualizado, com conhecimentos sobre grupos sociais estigmatizados, isso não significa que você esteja imune aos vários tipos de preconceitos que nós aprendemos durante nossas vidas. Nas palavras de Ruiz (2003): “a despeito de nossos esforços autodeclarados de objetividade, nossas observações, descrições e análises funcionais não estão imunes a nossas suposições delimitadas pela cultura (*culture-bound*), incluindo aquelas com relação ao sexo e às práticas generificadas (p. 15; tradução da autora)”.

O objetivo deste trabalho foi evidenciar alguns pontos de contato entre a proposta analítico-comportamental e o feminismo interseccional. Este trabalho não se propôs esgotar as discussões no que se refere à articulação entre essas duas áreas; pelo contrário, seu propósito foi servir como um ponto de partida para que as discussões sobre os pontos de contato (e possíveis discordâncias) sejam cada vez mais abordadas, assim como fomentar o uso da abordagem interseccional nas pesquisas de AC, de modo geral.

Referências Bibliográficas

- Aguião, S. (2015). A produção de identidades e o reconhecimento de sujeitos e direitos: Algumas possibilidades da perspectiva interseccional e da articulação de marcadores sociais da diferença. Material suplementar da disciplina “Sexualidade” do curso de especialização em gênero e sexualidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Amd, M., de Almeida, J. H., de Rose, J. C., Silveira, C. C., & Pompermaier, H. M. (2017). Effects of orientation and differential reinforcement on transitive stimulus control. *Behavioural Processes*, 144, 58-65. doi: 10.1016/j.beproc.2017.08.014
- Barnes, D., Leader, G., & Smeets, P.M. (1996). Establishing equivalence relations using a respondent-type training procedure. *The Psychological Record*, 46, 685-706.
- Barnes-Holmes, D., Harte, C., & McEnteggart, C. (no prelo). Implicit cognition and social behaviour. In Rehfeldt, R. A., Tarbox, J., & Fryling, M. (Eds.) *Applied Behavior Analysis of Language and Cognition*. New Harbinger: Oakland, CA.
- Barnes-Holmes, D., Murphy, A., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2010). The Implicit Relational Assessment Procedure: Exploring the impact of private versus public contexts and the response latency criterion on pro-white and anti-black stereotyping among white Irish individuals. *The Psychological Record*, 60, 57-66.
- Baum, W. H. (2017). *Understanding Behaviorism: Behavior, culture and evolution*. 3ª. ed. United Kingdom: Wiley.
- Brah, A., & Phoenix, A. (2004). Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, 5(3), 75-86.
- Butler, J. (2001). *Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do sexo*. In: Louro, G. L. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*

- (p. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 8(1), 139-167.
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), 67-85.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Falcón, S. M. (2009). Black Feminist Thought. In: O'Brien, J. (Ed.). *Encyclopedia of Gender and Society*. CA: SAGE Publications.
- Fideles, M. N. D., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18-29.
- Finn, M., Barnes-Holmes, D., Hussey, I., & Graddy, J. (2016). Exploring the behavioral dynamics of the Implicit Relational Assessment Procedure: The impact of three types of introductory rules. *The Psychological Record*, 66, 309-321. doi: 10.1007/s40732-016-0173-4
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships: Soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J., & Davis, K. E. (1985). *The social construction of the person*. New York: Springer-Verlag.
- Goff, P. A., Jackson, M.C., Di Leone, B.A.L., Culotta, C.M., & DiTomasso, N.A. (2014). The essence of innocence: Consequences of dehumanizing Black children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 106(4), 526-545. doi: 10.1037/a0035663
- Guerin, B. (2009). *Análise do comportamento e a construção social do*

- conhecimento [Behavior analysis and the social construction of knowledge]. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 5(1), 117-137. (Original publicado em 1992).
- Guerin, B., & de Oliveira Ortolan, M. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: Violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26.
- Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- Henning, C. E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, 20(2), 97-128.
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, 27, 13-3.
- Leader, G., Barnes, D., & Smeets, P. M. (1996). Establishing equivalence relations using a respondent-type training procedure. *The Psychological Record*, 46, 685-706.
- Louro, G.L. (2008). *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representation. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- National Institute of Health (2012). *Subtle and dangerous: Symptoms of heart disease in women*. U.S. Department of Health and Human Services. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac2>
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), p. 9-41. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>
- Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 112, 37-153.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Bahia: Ed. Devires.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? In: Algranti, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero* (p. 7-42). Campinas: IFCH-Unicamp.

- Piscitelli, A. (2008) Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274.
- Porto, T. H. (2016). Does participant's gender interfere with behavior studies? *Operants*, Quarter IV, p. 40-42. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac21>
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*, 4(5), p. 17-44. (Original publicado em 1980). Recuperado de: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf
- Roche, B., & Barnes-Holmes, D. (2003). Behavior analysis and social constructionism: Some points of contact and departure. *The Behavior Analyst*, 26(2), 215-231.
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29-44.
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21, 179-192.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behaviorist Analyst Today*, 4(1), 12-16.
- Ruiz, M. R. (2009). Beyond the mirrored space: Time and resistance in feminist theory. *Behavior and Philosophy*, 37, 141-147.
- Ruiz, M. R. (2013). Values and morality: Science, faith, and feminist pragmatism. *The Behavior Analyst*, 36(2), 251-254.
- Ruiz, M. R., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 30, 1-16.
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência*. Bauru: Edusc.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2), p. 71-99, 1995. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac23>
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, MA: Authors Cooperative.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the test paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 5-22. doi: 10.1901/jeab.1982.37-5
- Silva, E. C. & Laurenti, C. (2016). B.F. Skinner e Simone de Beauvoir: "A mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211.

- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B.F. (1978). *Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix/EDUSP. (Original publicado em 1957).
- Steinbugler, A. C., Press, J. E., & Dias, J. J. (2006). Gender, race, and affirmative action: Operationalizing intersectionality in survey research. *Gender and Society*, 20(6), 805-825.
- Warner, L. R. (2008). A best practices guide to intersectional approaches in psychological research. *Sex Roles*, 59, 454-463. doi: 10.1007/s11199-008-9504-5

Capítulo 3

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 4

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 5

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 6

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 7

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 8

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 9

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 10

Capítulo

Texto S

Citação inicial